

Racismo: diálogos entre a teoria das representações sociais e o conceito de cultura política

Paulo Cesar Alves Garcia¹

Mestre em Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar o conceito de racismo em uma articulação com os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e o conceito de cultura política, em um exercício que enxerga na complexidade dos fenômenos sociais novas possibilidades para a realização de procedimentos interdisciplinares. Para tanto, no que se refere ao racismo, debruçamo-nos sobre os estudos de Munanga (2003), Guimarães (2009) e Schwarcz (1993). No que se refere à Teoria das Representações Sociais, debruçamo-nos sobre os postulados de Moscovici (1976). Por fim, quanto ao conceito de cultura política, damos luz aos trabalhos de Berstein (1998) e Baquero (2003). Este exercício de aproximação de conceitos nos mostra um campo promissor de investigação que surge a partir das práticas interdisciplinares.

Palavras-chave: racismo, representações sociais, cultura política.

¹ E-mail: pccarc@hotmail.com

Pena

*Zangado
acreditas no insulto
e chamas-me negro.*

Mas não me chames negro.

*Assim não te odeio.
Porque se me chamas negro
encolho os meus elásticos ombros
e com pena de ti sorrio.*

(José João Craveirinha)

1. Introdução

As constantes transformações que ocorrem na sociedade oferecem ao pesquisador da seara das Humanidades desafios que se relacionam diretamente com a complexidade constitutiva de alguns fenômenos sociais. As tentativas, portanto, de entender o que se apresenta como novo devem também levar em consideração as inúmeras possibilidades despontadas a partir das aproximações e dos contatos de diversos conceitos com as diferentes áreas do conhecimento.

Assim, na busca pela compreensão do conceito de racismo, objeto deste trabalho, em alguma de suas dimensões, torna-se relevante considerar o terreno fértil criado com o exercício da interdisciplinaridade através do diálogo entre a Teoria das Representações Sociais e a História. Enxergamos a interdisciplinaridade consoante Charaudeau (2013, p. 28), que a define como “o esforço que diferentes disciplinas empreendem para articular entre si conceitos, instrumentos e resultados das análises”.

Essa articulação de saberes também é justificada por adotarmos a abordagem metodológica pautada no que Martins (2004, p. 87) chama de multirreferencialidade, compreendida como uma “postura epistemológica que se estrutura com base no reconhecimento do caráter plural dos fenômenos sociais”, buscando analisá-los por meio de prismas diversos.

Assim, num primeiro momento, discutimos o conceito de racismo e o seu caráter constitutivamente interdisciplinar, objetivando compreender algumas de suas transformações ao longo da história. Logo após, trabalhamos os conceitos de representações sociais e de cultura política, ambos fenômenos de longa duração e que orientam o comportamento humano, evidenciando a relevância da compreensão de tais fenômenos e a ligação estabelecidas por eles com as desigualdades sociais e a perpetuação do racismo. Por fim, encerraremos o trabalho enfatizando as potencialidades das investigações no campo da interdisciplinaridade na conjugação dos três conceitos discutidos.

2. Interdisciplinaridade e os estudos sobre o racismo

Ao nos aprofundarmos no conceito de racismo, evidenciamos o entrelaçar de estudos nas áreas da História, Sociologia, Antropologia, Análise do Discurso, Psicologia, entre outras, as quais oferecem contribuições para desvelar interessantes camadas do fenômeno estudado. Segundo Munanga (2003, p.07):

(...) o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Com base no pensamento do referido estudioso, compreendemos a raça enquanto construção sociológica que pode ser vista pelo racista como legitimadora da existência de grupos superiores ou inferiores, considerando-se não apenas os traços físicos (cor da pele, por exemplo), mas também traços culturais, linguísticos, religiosos, dentre outros. Neste sentido, Munanga (2003) demonstra como se deu parte da construção histórica daquilo que sustenta a imagem do negro enquanto ser inferior em relação ao branco. Recorrendo ao determinismo racial, erigido pela Biologia no século XVIII, Munanga (2003) cita como exemplo de hierarquização das raças os estudos do naturalista sueco Carl Von Linné (1707-1778), o Lineu, para quem o Homo Sapiens passa a ser dividido em quatro raças, relacionando a cor da pele a características psicossociais num esquema claramente hierarquizante.

Munanga (2003, p. 09) faz referência aos estudos de Lineu, cujos trabalhos atribuíram aos negros características como “flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados”, enquanto o europeu é caracterizado por ser “musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis”.

A visão biologizante do século XVIII forneceu o terreno necessário para o assente de doutrinas raciais capazes de confrontar a ideia de “igualdade entre os homens”, herança do Iluminismo, redirecionando a produção intelectual para um caminho onde aquilo que difere o *outro* passa a ser ressaltado e combatido. Segundo Schwarcz (1993, p.62):

(...) no contexto intelectual do século XVIII, novas perspectivas se destacam. De um lado, a visão humanista herdeira da Revolução Francesa, que naturalizava a igualdade humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre o patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais.

É também no século XIX que a frenologia ganha força e desenvolve estudos nos quais as estruturas do crânio humano são associadas às características morais dos indivíduos, propagando elementos de inferiorização do negro e legitimando práticas racistas. Estes estudos, como aqueles propagadores das atrocidades

do Holocausto, erigido sobre a ideia da superioridade da raça ariana, encontram guarida no século XX.

Tendo em vista um amplo campo de análise com diversas vertentes, reforçamos a relevância do conceito de raça enquanto construto sociológico eficiente em garantir a imagem de diferença absoluta e irreduzível entre certos indivíduos, não ligando-o a “um sistema de causação que requeira um realismo ontológico”, conforme destaca Guimarães (2009, p. 31). Segundo o autor, duas conceituações elaboradas por Appiah (1992:5 *apud* Guimarães, 2009) merecem destaque por abordar o fenômeno do racismo considerando dois aspectos: um extrínseco e outro intrínseco. O aspecto extrínseco:

[...] traça distinções morais entre os membros de diferentes raças porque se acredita que a essência racial implica em certas qualidades moralmente relevantes. Os racistas extrínsecos baseiam a sua discriminação entre os povos na crença de que os membros de raças diferentes se distinguem em certos aspectos que autorizam um tratamento diferencial – tais como honestidade, coragem ou inteligência. Tais aspectos são tidos (pelo menos em muitas culturas contemporâneas) como incontroversos e legítimos como base para o tratamento diferencial dispensado às pessoas (Appiah, 1992: 5).

Ainda segundo Appiah (1992, p. 06 *apud* GUIMARÃES, 2009, p. 35):

Racistas intrínsecos, na minha definição, são pessoas que fazem distinções da natureza moral entre indivíduos de raças diferentes porque acreditam que cada raça tem um status moral diferente, independente das características morais implicadas em sua essência racial. Assim como, por exemplo, muitas pessoas que são biologicamente relacionadas a outras – um irmão, um tio, um primo – derivam desse fato um interesse moral por essas pessoas, também um racista intrínseco pensa que o simples fato de ser da mesma raça é uma razão plausível para preferir uma pessoa a outra.

Ambas as definições de Appiah (1992) atribuem ao fenômeno em questão o seu espaço no campo das relações raciais onde “a ideia de “raça” empresta um sentido subjetivamente visado à ação social” (GUIMARÃES, 2009, p. 35). A imagem do negro é, portanto, fixada num conjunto de representações amplamente compartilhadas pelos grupos dominantes, aprisionando-o em estereótipos e reforçando o contraste entre aqueles que historicamente mantêm privilégios e aqueles subalternizados e aliados de direitos.

Após conceituarmos o racismo e nos debruçarmos sobre algumas de suas transformações ocorridas ao longo do tempo, recorreremos, a seguir, aos conceitos de representação social e cultura política, aproximando-os e enxergando nessas aproximações possibilidades promissoras de investigação do comportamento humano.

3. Interfaces entre racismo, teoria das representações sociais e cultura política

Conforme visto, Munanga (2003), Guimarães (2009) e Schwarcz (1993) nos oferecem importantes contribuições sobre o modo como o racismo está engendrado em todas as instâncias da sociedade e é mantido por grupos hegemônicos, que criam e recriam condições para a perpetuação desta forma de desigualdade, evitando assim modificações nas estruturas sociais de poder.

Dentre as muitas representações sociais sobre o negro, ainda prevalecem aquelas que o colocam em situação de inferioridade dentro de um local “fixo” da diferença, onde o negro é subjugado, exposto, ridicularizado e, em última instância, morto. Conforme são compartilhadas, tais representações ganham feições que garantem a sua manutenção nas várias esferas sociais. Mas, afinal, o que são representações sociais? Qual a dimensão destas representações na manutenção de relações assimétricas de poder, como as baseadas em um conceito de raça superior?

Para responder a essas questões, voltamo-nos aos postulados de Moscovici (1976, p. 62-63), que problematiza a noção de representação “quando precisamos sua natureza de processo psíquico capaz de tornar familiar, situar e tornar presente em nosso universo interior o que se encontra a uma certa distância de nós, o que está de certo modo ausente”.

Assim, a representação social pode ser compreendida como uma modalidade particular do conhecimento cuja função é a elaboração dos comportamentos e a comunicação entre os indivíduos, ou seja, como “uma preparação para a ação, na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo, em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento teve lugar” (MOSCOVICI, 1976, p. 49).

Uma vez criadas, as representações sociais sofrem constantes transformações. São atraídas, repelidas, (re)criadas ou encerradas dentro de um processo social e histórico dinâmico que estimula o surgimento de novas representações, levando-se em consideração componentes cognitivos e afetivos do indivíduo, situando-as como um fenômeno retroalimentado.

Dessa forma, entender como as representações sociais sobre o negro – ou mesmo sobre o racismo – circulam na sociedade pode favorecer o surgimento de ações e, conseqüentemente, de novas representações capazes de desestabilizar as representações vigentes, as quais contribuem para a marginalização do negro.

Para além do entendimento da relevância dos estudos sobre as representações sociais, vislumbramos, no campo da cultura política, uma outra possibilidade de enfrentamento ao racismo, isso porque, como também enfatizou Guimarães (2009), as desigualdades sociais contribuem expressivamente para a perpetuação do racismo na nossa sociedade. O campo da cultura política, por sua vez, constitui-se como um espaço profícuo para o debate de propostas que visam à construção de uma sociedade de caráter igualitário.

Berstein (1998, p. 350) entende a cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais

largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. O autor chama a atenção para dois fatos fundamentais: (i) a importância do papel das representações na definição de uma cultura política e (ii) o caráter plural das culturas políticas.

Por conseguinte, Berstein (1998) registra que as mudanças no campo político ocorrem inseridas num processo histórico de longa duração. São nos momentos de crise ou mediante “traumatismo grave” (1998, p. 361) na história de uma nação que emerge e se expande outros modelos e comportamentos políticos, implicando na necessidade de pensarmos sobre essas transformações de maneira atrelada às instituições democráticas e na forma como elas atuam para que os direitos e deveres inerentes a todo cidadão sejam, de fato, vivenciados na prática.

Diante de crises, amplia-se o debate sobre a importância da participação do cidadão no fortalecimento da democracia. De acordo com Baquero (2003, p. 90):

(...) ampliar a participação dos cidadãos na política tem a ver com a forma como eles descodificam e internalizam normas e valores em relação à política, ou seja, o tipo de cultura política. Em uma avaliação retrospectiva sobre a importância da cultura política na explicação dos fenômenos políticos e sociais, constata-se que ela era vista como algo secundário, negligenciando uma discussão mais aprofundada sobre seu papel na configuração de um sistema democrático e participativo.

Isso implica que, uma vez ciente do funcionamento das relações que ocorrem alicerçadas numa determinada cultura política, o cidadão terá condições de compreender o seu papel e pensar em estratégias individuais e/ou coletivas para tensionar as estruturas de poder vigentes e, conseqüentemente, estimular mudanças sociais. Berstein (1998) reconhece as potencialidades epistemológicas desse campo e percebe a cultura política “não como uma chave universal que abre todas as portas” (p.350), mas que permite um olhar voltado para a complexidade dos comportamentos humanos e suas inúmeras possibilidades de investigação.

Conclusão

Diante da complexidade dos fenômenos sociais que emergem das dinâmicas relações entre os indivíduos, o exercício de práticas interdisciplinares tem contribuído para a consolidação de um profícuo campo de investigação, no qual os objetos estudados passam a ser analisados em diálogo com diferentes áreas do conhecimento. Neste sentido, a investigação sobre o conceito de racismo é empreendida aqui em consonância com os estudos sobre representações sociais e sobre cultura política, ambos fenômenos de longa duração e coletivos, que dependem de ações gradativas para que ocorram mudanças no modo como são compartilhados e entendidos pelos grupos sociais. Dessa forma, entender como as representações sociais podem contribuir para a manutenção ou a desestabilização de estruturas de poder, do mesmo modo que a cultura política

também orienta o comportamento político dos indivíduos, pode nos oferecer bases sólidas para pensar o racismo e propor estratégias para a sua superação.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.
- BERSTEIN, S. A cultura política. In: Rioux & Sirinelli (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- CHARAUDEAU, P. Por uma interdisciplinaridade ‘focalizada’ nas ciências humanas e sociais. In: MACHADO, I. L.; COURA, J.; MENDES, E. (Orgs.). **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013, p. 17-52.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MARTINS, J. B. **Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais**. Revista Brasileira de Educação, n. 26, mai.-ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a06.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, Rio de Janeiro, 2003.
- SCHWARCZ, L, M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.